

Diário da Assembléia

Nºs 2.459 / 2.460

CURITIBA, 14 E 15 DE MAIO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná LISTA DE PRESEÇA

FRANCISCO ESCORSIN ARENA
ARTHUR DE SOUZA ARENA
DAVID FEDERMANN ARENA
GABRIEL MANOEL ARENA
HAROLDO BIANCHI ARENA
OLÍVIO BELICH ARENA
LEOPOLDO JACOMEL ARENA
ABRAHÃO MIGUEL ARENA
AGNALDO PEREIRA LIMA ARENA
ALENCAR FURTADO ARENA
AMADEU PUPPI ARENA
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR ARENA
ARMANDO QUEIROZ ARENA
ARNALDO BUSATO ARENA
EMÍLIO CARAZZAI ARENA
ERONDI SILVEIRO ARENA
EURICO ROSAS ARENA
FABIANO BRAGA CÔRTEZ ARENA
FUAD NACLI ARENA
IGO LOSSO ARENA
IVO TOMAZONI ARENA
JOÃO MANSUR ARENA
JORGE SATO ARENA
LUIZ CRUZ ARENA
LUIZ MALUCELLI ARENA
NELSON BUFFARA ARENA
OLAVO FERREIRA ARENA
OLIVIR GABARDO ARENA
OVIDIO FRANZONI ARENA
PAULO CAMARGO ARENA
PAULO POLI ARENA
PINTO DIAS ARENA
ROBERTO GALVANI ARENA
ROBERTO WYPYCH ARENA
SEME SCAFF ARENA
SILVIO BARROS ARENA
TULIO VARGAS ARENA
WILSON FORTES ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Maluelli — Tullio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara
Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Côrtes — Amadeu Puppi
M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvío Barros
Secretário: Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira
Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes
Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Lossó — Amadeu Puppi
M.D.B.: Alencar Furtado
Secretário: Lélío Guimarães Soto-Maior
Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aguinaldo Pereira Lima
Suplentes:
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Silvío Barros
Secretário: José do Canto Filho
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Maluelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Carmem Aparecida Fregoneze

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Igo Lossó — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE — Igo Lossó (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Jorge Sato — Tullio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)
ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Lossó — Seme Scaff — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)
ARENA: Luiz Renato Maluelli — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Igo Lossó — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quinta-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Lossó — Olavo Ferreira — Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)
ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Maluelli — Igo Lossó

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Maluelli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)
ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Côrtes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

DECRETO LEGISLATIVO N. 234-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2195 de 24 de março de 1.970, deste Poder,

RESOLVE:

designar para prestar serviços no Gabinete da 2a. Secretaria, o funcionário Ivo Gusso, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, sem prejuízo de suas atuais funções e vantagens.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de maio de 1.970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente

GABRIEL MANOEL — 1º Secretário

HAROLDO BIANCHI — 2º Secretário

4.ª Sessão Legislativa de 6.ª Legislatura

Ata da 44.ª Sessão Ordinária

Realizada em 14 de Maio de 1970 (Quinta-feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Olavo Pereira e David Federmann.

A Hora Regimental, é registrada a presença das seguintes srs. Deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arnaldo Busato, Abraão Miguel, Emílio Carazzini, Erondy Silvério, Eurico Roças, Fuad Nadi, Igo Lasso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz Nelson Buffon, Olavo Ferreira, Olívio Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (35), achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Fabiano Braga Côrtes, Luiz Malucelli e Roberto Galvani (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDA:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 35/70
MENSAGEM N.º 8-70

No art. 1.º, onde se lê "... 20% (vinte por cento)..."

Lê-se "... 30% (trinta por cento)..."

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1.970.

(a) João Mansur.

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

Hoje é dia de grande satisfação. Transcorre o aniversário do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, CPOR de Curitiba.

O CPOR é a grande escola cívica onde se formam os jovens para as grandes lutas da vida civil.

E traço de união entre militares e civis.

E ali que eminentes militares professores, orientam e encaminham, os brasileiros que irão arcar com o futuro da Pátria.

Por esse motivo, requeremos, após ouvido o Plenário, um voto de regozijo pelo acontecimento e que do fato se dê conhecimento ao Comando do C.P.O.R.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1.970.

(a) Antônio Lopes Júnior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, Requer, ouvido o Plenário, o encaminhamento, por intermédio da douta Mesa, de veemente apelo à Companhia de Telecomunicações do Paraná "TELEPAR", no sentido da instalação do serviço telefônico em Água Boa, distrito do município de Paisandu, único da região que não conta ainda com uma central telefônica, ou, pelo menos, um posto desse tão importante serviço, o que não se justifica, tendo em vista que se trata de distrito bastante populoso e em franco desenvolvimento. Acresce, ainda, a circunstância de estar o mesmo situado na rodovia asfaltada que vai à Umuarama, próximo à qual passa a rede telefônica, parecendo-nos, por isso, viável a reivindicação que não será onerosa, por conseguinte.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1.970.

(a) Túlio Vargas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, requer o encaminhamento ao exmo. sr. Ministro dos Transportes de apelo, formulado pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, no sentido da pavimentação da BR-369, por se tratar de rodovia de vital importância para a economia da região.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1.970.

(a) Túlio Vargas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, requer seja registrado, na Ata dos trabalhos correspondentes a esta sessão plenária, um voto de louvor ao funcionário Raimundo de Lazzari, do Departamento dos Estabelecimentos Penais do Estado, pela dedicação, eficiência e alta capacidade, demonstrada no planejamento, construção e instalação do Presídio Feminino, da Penitenciária Agrícola de Piraguara, recentemente inaugurado pelo exmo. sr. Governador do Estado.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento ao seu superior hierárquico, bem como ao funcionário interessado.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1.970.

(a) Leopoldo Jacomet.

REQUERIMENTO

Requiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações e regozijo, ao Colégio Iguaçu, pelo transcurso de seu 51.º aniversário de fundação, ocorrido no dia 13 do corrente mês.

Fundado em 1.919, pelo estudioso mestre Alfredo Parodi, o educandário, vem prestando há mais de meio século, inestimáveis serviços à causa educacional no Paraná, graças ao idealismo da família Parodi, que liderados pela boníssima e dedicada mãe, d. Elizabeth Parodi, levam à frente o grande trabalho iniciado pelo seu fundador.

O diretor do Colégio, professor dr. Amaraonas Parodi, na sua juventude e trabalho reflete a capacidade e dignidade de seu progenitor, reafirmados no trabalho conjunto de toda a família unida.

Assim, uma vez aprovado a presente dê-se ciência da decisão e homenagem da Casa, ao Diretor e a digna esposa do Fundador.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1.970.

(a) Igo Lasso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações e regozijo pela passagem do 150.º aniversário da Independência da República do Paraguai, país irmão cujos laços de amizade cada vez mais se estreitam com a nossa Pátria, graças à integração rodoviária, através da BR-277, hoje, um sólido elo para um maior intercâmbio social e econômico das duas nações.

Da decisão da Casa, requer, outrossim, seja dado conhecimento ao Cônsul daquele País em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1.970.

(a) Roberto Wypych.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 71/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o município de Atalaia, para a construção de uma ponte de concreto sobre o rio Pirapó.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1.970.

(a) Túlio Vargas.

JUSTIFICAÇÃO: — Trata-se de obra de há muito reclamada pelos moradores daquela região, a fim de substituir a balsa atualmente existente sobre o rio Pirapó a qual, pelos inconvenientes que apresenta, como a morosidade operacional, perda de tempo, etc., se constitui em verdadeiro obstáculo a um maior ritmo de desenvolvimento e progresso do município de Atalaia.

PROJETO DE LEI N.º 72/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia no município de Guaraniácu que liga a BR-277, da altura do quilômetro 635, numa extensão de 40 quilômetros, até o rio Piquiri, divisa com o município de Campina da Lagoa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.970.

(a) Túlio Vargas.

JUSTIFICAÇÃO: — A medida proposta se impõe, tendo em vista a importância econômica da referida rodovia para aquela região e, ainda, a inexistência de recursos financeiros daquela Municipalidade, para mantê-la em boas condições de tráfego, a fim de possibilitar o escoamento de sua produção agrícola.

PROJETO DE LEI N.º 73/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

(a) Túlio Vargas.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Diocese de Maringá, o Jeep DKW-VE-MAG, motor n.º 8.862.001.326, chassis 3.092.467, fabricado em 1.959, de propriedade da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

Decreta:

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, devogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1.970.

(a) Túlio Vargas.

JUSTIFICAÇÃO: — Conforme o of. n.º 818-68, de 13 de setembro de 1968, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, o veículo que se pretende doar encontra-se em poder da Diocese de Maringá, prestando serviços a entidades de assistência social da região, de algum modo vinculadas ao sr. Bispo.

Como se trata de viatura gasta pelo uso, incumbe de suportar o ritmo de trabalho da Secretaria e, por outro lado, por estar prestando serviços na área assistencial, a doação se justifica plenamente.

PROJETO DE LEI N.º 74/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia no município de Guaraniácu que liga a BR-277 da altura do quilômetro 315, até o rio Piquiri, divisa com o município de Palmital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1.970.

(a) Túlio Vargas.

JUSTIFICAÇÃO: — A rodovia que se pretende transferir ao D.E.R., para

fins de conservação, é de vital importância econômica para aquela região, cuja municipalidade não conta com recursos financeiros para mantê-la em boas condições de tráfego, o que vem prejudicando, sensivelmente, o escoamento de sua produção agrícola.

PROJETO DE LEI N.º 74/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, para efeito de conservação, ao Departamento de Estradas de Rodagem, a rodovia que liga a PR-86 à Rodovia BR-277 desde Perobal no município de Umuarama até a cidade de Cascavel, passando por Assis Chateaubriand e Alto Piquiri.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1970.

(a) Túlio Vargas

JUSTIFICAÇÃO: — Dizer, da importância da referida rodovia, nesta casa, cujos integrantes conhecem a região, é repetir o óbvio.

Vale a pena, no entanto, insistir na motivação básica do projeto, que é a de suprir deficiências técnicas e financeiras dos municípios interessados, pela presença extraordinariamente eficiente do Departamento de Estradas de Rodagem. Nisto, há interesse público e mais do que isso, necessidade do próprio Estado em proporcionar a dinamização econômica sub-regional, na linha da programação de incentivos que se impôs, como penhor do desenvolvimento global.

PROJETO DE LEI N.º 76/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na localidade denominada N. S. da Penha, do município de Corbélia, um curso ginasial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1970.

(a) Túlio Vargas

JUSTIFICAÇÃO: — A localidade de N. S. da Penha, na localidade de condições municipais. No entanto, apesar de grande população juvenil preparada pelos cursos primários, inexistia um estabelecimento de ensino ginasial.

Desse forma, muitos questionam, enquanto que outros, melhores dotados financeiramente, demandam a sede do município de Corbélia em busca de ensino ao seguinte no primário.

Há condições para a instalação do curso, este é o fundamento do projeto e sua maior justificação.

COMISSÃO EXECUTIVA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Apresentamos, para apreciação e julgamento dos Senhores Deputados, o projeto de lei anexo que objetiva implantar na Assembleia Legislativa do Estado a reclassificação e reavaliação de cargos e funções. Tem ele, por principal escopo, dar à Casa e ao seu corpo de funcionários elementos condizentes com as necessidades dos serviços e mais consentâneos com a moderna técnica administrativa, respeitados os critérios adotados pelo Poder Executivo.

Trata-se de trabalho elaborado dentro de normas prefixadas e em obediência ao disposto e exigido pelas Constituições, Federal e Estadual, e demais leis que regem a matéria.

O Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia, estruturado em Séries de Classes, foi subdividido em duas partes: a Permanente, constante dos cargos efetivos e de provimento em Comissão; e a Suplementar, constituída dos cargos a serem extintos quando vagarem.

Adotou-se a mesma Tabela de Distribuição do Poder Executivo tanto no que se refere aos níveis de vencimentos como no valor dos símbolos dos cargos em comissão e funções gratificadas. Foram adotadas, ainda e no que couber, as mesmas normas estabelecidas pela Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969, para os Servidores do Poder Executivo, a concernentes ao provimento dos cargos por acesso, promoção e transferência, como também o regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

O enquadramento do Pessoal nos cargos integrantes das Séries de Classes, Partes Permanente e Suplementar, far-se-á respeitando, tanto quanto possível, a atual situação dos servidores do Legislativo. Prevalecerá, no enquadramento, a habilitação profissional e funcional de cada servidor, atendido sempre o princípio de igualdade, no que se refere ao benefício de melhores retribuições.

Procurou-se atender a situação dos funcionários integrantes da Parte Suplementar com previsão de enquadramento e fixação de vencimentos. O mesmo tratamento foi adotado para os servidores inativos, nos moldes da legislação estadual e do disposto pela Carta Magna.

Está prevista, finalmente a extinção obrigatória dos cargos iniciais das Séries de Classes, por decreto legislativo após realizados os respectivos provimentos por acesso e promoção. Providência que propiciará substancial economia na execução do Orçamento da despesa do Poder Legislativo.

Este, em conclusão, o trabalho que submetemos à elevada apreciação e justo critério dos Senhores Deputados.

Tem ele, por tese central, a implantação da exigida paridade entre os servidores dos três Poderes e a estrita obediência ao estatuto na Constituição da República, que, em seu Art. 168 § 1.º, determina seja aplicado, nos Poderes Legislativo, no que couber, o sistema de classificação e níveis de vencimentos dos cargos ao serviço civil do respectivo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1970.

aa) Francisco Escorsin — Presidente
Gabriel Manoel — 1.º Secretário
Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 2/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tanto na estrutura dos cargos como na fixação dos respectivos vencimentos, passa a ser regido pelo disposto nesta Lei e se compõe de:

I — Parte Permanente;

II — Parte Suplementar.

§ 1.º — Os cargos da parte permanente são os de provimento efetivo, integrantes do Anexo I, estruturados em Séries de Classes, e os de provimento em Comissão, integrantes do Anexo II.

§ 2.º — Os cargos da parte suplementar são os integrantes do Anexo III, que serão declarados extintos, por Decreto Legislativo, quando vagarem.

Art. 2.º — Os vencimentos básicos dos cargos, efetivos e em comissão, e os valores das funções gratificadas dos funcionários do Poder Legislativo Estadual são iguais aos do Poder Executivo, fixados nas Tabelas constantes do Anexo II, alíneas a, b e c, da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969, e acompanharão suas posteriores alterações.

Art. 3.º — Aplicam-se no que couber aos funcionários da Secretaria da Assembleia Legislativa as normas estabelecidas pela Lei n.º 5.978 para o provimento por acesso, promoção e transferência, bem como o provimento nas Séries de Classes de nível universitário e o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva.

Art. 4.º — O enquadramento nas Séries de Classes e nos cargos isolados integrantes da parte suplementar proceder-se-á por Decreto Legislativo, respeitada, tanto quanto possível, a situação dos respectivos ocupantes dos cargos da atual estrutura.

Art. 5.º — Aos ocupantes das Séries de Classes constante do Anexo I, serão cometidas, pela Diretoria Geral, atribuições afinentes às respectivas habilitações profissionais e funcionais.

Art. 6.º — Os atuais ocupantes dos cargos isolados, de provimento efetivo, de Diretor Adjunto, Assessor Técnico, Assessor e Secretário de Comissão, integrantes da parte suplementar permanecerão os vencimentos já fixados.

Parágrafo único. — Sempre que maiores os valores constantes da Tabela de vencimentos do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, serão reajustados "ex-officio" por Decreto Legislativo e na mesma base percentual, os vencimentos dos funcionários a que se refere este artigo.

Art. 7.º — Os servidores inativos do Poder Legislativo terão seus proventos reajustados "ex-officio", observada a correspondência fixada na a.º do respectivo cargo, em igualdade de condições com a pessoa em atividade, sendo respeitadas, para efeito de cálculo, as normas de enquadramento constantes do art. 4.º, desta Lei.

Art. 8.º — Os cargos de Taquígrafo passam a integrar Série de Classes especial escalonada em cinco níveis de símbolos TL-1 a TL-5, com remuneração correspondente aos níveis 22 a 26, respectivamente, da Tabela de Vencimentos do Pessoal desta Assembleia.

Art. 9.º — Realizado o enquadramento do pessoal e depois de se proceder ao provimento por acesso e promoção, serão declarados extintos por Decreto Legislativo, os cargos vagos iniciais das Séries de Classes respectivas.

Art. 10 — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria, consignada, ao Poder Legislativo, no Orçamento Geral do Estado.

Art. 11 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1970.

aa) Francisco Escorsin — Presidente
Gabriel Manoel — 1.º Secretário
Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

Número de	Cargos	Séries de Classes	Nível
38	Oficial de Administração		23
8	Oficial de Administração		22
8	Oficial de Administração		21
10	Oficial de Administração		20
14	Oficial de Administração		19
10	Oficial de Administração		18

ACESSO A OFICIAL ADMINISTRATIVO

8	Escriturário	17
7	Escriturário	16
11	Escriturário	15
	Escriturário	14
	Escriturário	13
4	Auxiliar de Planário e Conservação	16
3	Auxiliar de Planário e Conservação	15
35	Auxiliar de Planário e Conservação	14
	Auxiliar de Planário e Conservação	13
	Auxiliar de Planário e Conservação	12
	Auxiliar de Planário e Conservação	11
	Auxiliar de Planário e Conservação	10

ACESSO A

	Servente	8
	Servente	7
	Servente	6
	Servente	5
50	Oficial Legislativo	23
7	Oficial Legislativo	22
5	Oficial Legislativo	21
7	Oficial Legislativo	20
9	Oficial Legislativo	19
11	Oficial Legislativo	18

ACESSO A OFICIAL LEGISLATIVO

7	Auxiliar Legislativo	17
11	Auxiliar Legislativo	16
5	Auxiliar Legislativo	15
	Auxiliar Legislativo	14
	Auxiliar Legislativo	13
25	Oficial de Serviços Gerais	23
6	Oficial de Serviços Gerais	22
5	Oficial de Serviços Gerais	21
6	Oficial de Serviços Gerais	20
15	Oficial de Serviços Gerais	19
10	Oficial de Serviços Gerais	18

ACESSO A SERVIÇOS GERAIS

5	Auxiliar de Serviços Gerais	17
7	Auxiliar de Serviços Gerais	16
13	Auxiliar de Serviços Gerais	15
	Auxiliar de Serviços Gerais	14
	Auxiliar de Serviços Gerais	13

5	Contabilista	23
3	Contabilista	22
	Contabilista	21
1	Contabilista	20
3	Contabilista	19

2	Motorista	16
3	Motorista	15
2	Motorista	14
	Motorista	13
	Motorista	12

Número de Cargos	Séries de Classes (Especial)	Nível
5	Taquigrafo	TL-5
1	Taquigrafo	TL-4
1	Taquigrafo	TL-3
1	Taquigrafo	TL-2
1	Taquigrafo	TL-1

SERIES DE CLASSES DE NIVEL UNIVERSITARIO

Número de Cargos	Séries de Classes	Nível
18	Advogado	30
6	Advogado	29
13	Advogado	28
11	Advogado	27
16	Advogado	26

2	Médico	30
1	Médico	29
1	Médico	28
	Médico	27
2	Médico	26

	Cirurgião Dentista	29
1	Cirurgião Dentista	28
	Cirurgião Dentista	27
1	Cirurgião Dentista	26
	Cirurgião Dentista	25

	Economista	29
2	Economista	28
2	Economista	27
2	Economista	26
2	Economista	25

	Contador	29
2	Contador	28
2	Contador	27
2	Contador	26
	Contador	25

1	Técnico em Administração	28
1	Técnico em Administração	27
1	Técnico em Administração	26
1	Técnico em Administração	25
2	Técnico em Administração	24

	Redator	28
	Redator	27
6	Redator	26
	Redator	25
1	Redator	24

ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Número de Cargos	Denominação	Nível
1	Diretor Geral	1-C
4	Diretor de Departamento	2-C
1	Tesoureiro Geral	2-C
1	Tesoureiro Auxiliar	3-C
1	Contador Geral	2-C
1	Chefe de Gabinete da Presidência	1-C

1	Chefe de Gabinete da 1.ª Secretaria	1-C
1	Chefe de Gabinete da 2.ª Secretaria	2-C
1	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	4-C
1	Chefe do Serviço de Segurança	3-C

ANEXO III

PARTI SUPLEMENTAR

Número de Cargos	Denominação	Nível
CARGOS ISOLADOS		
3	Diretor Adjunto	—
16	Assistente Técnico	—
2	Médico	—
28	Secretário de Comissão	—
CARGOS DE CARREIRA		
15	Auxiliar Técnico	39
6	Auxiliar Técnico	28
2	Auxiliar Técnico	26

TABELA DEMONSTRATIVA DA APLICAÇÃO, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, DOS VALORES DOS VENCIMENTOS DO PESSOAL DO PODER EXECUTIVO, FIXADO PELA LEI Nº. 5.978, DE 1.º DE AGOSTO DE 1969

ANEXO I

Situação Atual		Situação Proposta	
Níveis da Assembleia		Valores no Executivo	
Nível	NCR\$	Nível	NCR\$
5	242,40	13	243,00
5	242,40	14	255,29
6	254,40	14	269,20
7	267,60	14	268,29
8	280,80	15	291,60
9	291,60	16	316,89
10	302,40	16	316,89
11	327,60	17	365,49
12	352,80	17	365,49
13	378,00	18	414,00
14	400,80	18	414,00
15	426,00	19	462,10
16	459,60	19	462,10
17	511,20	20	511,20
17	511,20	21	559,89
18	558,00	21	559,89
18	558,00	22	608,43
19	631,20	23	657,00

Nível Universitário	Nível Universitário
20	716,40
21	844,80
22	960,00
23	1.005,00

O SR. PRESIDENTE — Está livre a palavra no Pequeno Expediente.

O SR. TÚLIO VARGAS — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. TÚLIO VARGAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O que me traz à tribuna, nesta tarde, é dar conta aos srs. Deputados desta Assembleia do encaminhamento das questões de natureza política na região de Maringá, após a indicação do nome do deputado Haroldo Leon Peres para concorrer à governança do Estado. A Arena do município de Maringá, que tradicionalmente vivia separada por questões de natureza doméstica, herança de um processo político que há muitos anos se desenvolvia ao sabor das paixões partidárias, desta vez, no entanto, está se integrando dentro de um esquema de fortificação da sua política, no sentido de atender os apelos as conglomerações do futuro Governador do Estado, para a pacificação da política regional. O deputado federal João Paulino Vieira Filho já fez pronunciamento na Câmara Municipal de Maringá, na ocasião da outorga do título de "Cidadão Honorário de Maringá", ao deputado Haroldo Leon Peres, afirmando que o grupo político que ele representa naquela região aceitava de bom grado a solicitação do deputado Haroldo Leon Peres, da abertura de um crédito de confiança para que, com a união das forças políticas da nossa região, pudesse o futuro governador realizar um Governo sem divisão, um Governo em que a política de desenvolvimento e paz social fosse a tônica fundamental e aqui nesta Casa também representando correntes políticas eternas dentro da Arena, queremos afirmar que, a exemplo do deputado João Paulino Vieira Filho, também nós estamos inteiramente à vontade para aceitar os apelos de pacificação e abrir, como é do nosso dever cívico, um crédito de confiança ao futuro Governador do Estado. Nós entendemos que o momento histórico que atravessamos não é de divisão, nem de separação. A política da Revolução deve realmente ser executada visando um só objetivo, o bem comum e este bem comum só pode ser obtido com a edificação de propósitos, propósitos pacíficos com a boa vontade dos homens que têm a responsabilidade de uma liderança. É inevitável que devemos abraçar esta causa, é fundamental que devemos aprovar a política do novo Governador, mas, se é verdade que chegamos a este estágio para um desarmamento de espírito, não é menos verdade que sempre havia sido semeado pelo governador Paulo Pimentel, porque desde que assumiu o Governo do Estado, o governador Paulo Pimentel acenou a todos os seus adversários de ontem para que, com uma união com seus companheiros de luta, pudessem formar um bloco só, sem distinção, para a realização da grande obra do novo Paraná, e foi graças a esta harmonia e paz que o governador Paulo Pimentel pôde atingir as metas do desenvolvimento do Estado do Paraná em todos os campos de atividade humana, notadamente agora, quando ainda amanhã, em Maringá, se inaugurará o serviço de microondas encurtando as distâncias que haviam sido abreviadas pelas faixas de asfalto que

crucem o Paraná de ponta a ponta, mas fazendo com que a diminuição das distâncias alargassem ainda mais o sentido de fraternidade humana, na união dos homens de todos os recantos do Paraná, para a obra comum da construção da nossa prosperidade social e econômica. Por isso, srs. Deputados, por acreditar nas boas intenções, nos propósitos sérios do futuro governador Haroldo Leon Peres, nos aceitamos e, de cabeça erguida, aceitamos com humildade o seu apelo para a obra de integração revolucionária de pacificação dos espíritos, de união dos esforços dos homens de todas as latitudes do Estado do Paraná para ajudarem e dar continuidade às obras do Governo Paulo Pimentel e a realizar um novo Governo com a marca da sua autenticidade e da sua personalidade nos moldes dos sonhos e dos planos do presidente Garrastazu Médici.

Sr. Presidente, srs. Deputados, numa hora como esta, em que Maringá pode, mais do que nunca, aproveitar a oportunidade histórica para aplanar a sua potencialidade humana, a sua potencialidade social, econômica e política, e que as lideranças que têm as responsabilidades dos seus destinos devem dar o exemplo.

E aqui nós damos o exemplo; damos as nossas mãos para que num amplo, para que num abraço fraternal, possamos juntos, homens da Arena, realizar a tarefa comum do desenvolvimento do Paraná, da fraternidade da sua família política.

Sr. Presidente, srs. Deputados, o deputado federal João Paulino Vieira Filho, em reunião realizada há poucos dias em Maringá, declarou solenemente não poder aceitar a sua candidatura para reeleição à Câmara Federal. Aliás, a sua decisão já fora de há muito tempo, em razão da natureza pessoal da sua eternidade e, principalmente, do seu propósito de reintegrar-se à atividade do Ministério Público, carreira à qual está integrado. E, informando, desiste e abdica da sua indicação à Câmara Federal. Restou a indicação do meu nome para, não apenas disputar uma cadeira à Câmara Federal, mas tentar sucedê-lo naquela posição. É muito difícil substituir João Paulino Vieira Filho. Se me for dada a sorte nas urnas não pretendo substituí-lo, pretendo ocupar a sua vaga na Câmara Federal e dar muito de mim, do meu amor pelo Paraná, da minha dedicação pela coisa pública em favor dos altos interesses da nossa terra.

Venho neste instante declarar aos srs. Deputados da Assembleia Legislativa, a minha disposição de que aceitei a minha indicação para a chapa de candidato à deputação federal, pela nossa região.

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Túlio Vargas, nós nos acostumamos na convivência com V. Exa., com a sua ilustre personalidade. E, no instante em que V. Exa. anuncia à Casa, quase que numa despedida antecipada, que concorrerá à Câmara Federal no pleito deste ano e ao tempo em que, por um lado, sinto já desde agora a ausência de V. Exa., do nosso convívio, congratulo-me com V. Exa. e com a sua região, porque esta indicação valoriza a carreira de V. Exa. e prestigiará a região.

O sr. TULO VARGAS — Agradeço a distinção do aparte de V. Exa. Era esta a comunicação, sr. Presidente, srs. Deputados, do resultado de uma reunião das lideranças políticas do município de Maringá e da região. E o faço com euforia, porque é-me dada a oportunidade de uma ascensão na minha carreira política, mas o faço ao mesmo tempo com tristeza por ter consciência de que, se for eleito, deixarei a agradável e fraterna convivência com os meus amigos desta Assembleia Legislativa.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O sr. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre deputado Leopoldo Jacomel.

O sr. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Assumo a tribuna para demonstrar a esta Casa de Leis a importância da inauguração da obra majestosa a que assistimos ontem no nosso município, quando acompanhávamos S. Exa. o sr. governador Paulo Pimentel, juntamente com o Secretário de Viação e Obras Públicas, Diretor do Departamento de Edificações, autoridades civis e eclesiásticas.

Trata-se de uma obra que poucos governos do Estado ou da Federação têm a coragem de executá-la. Porque trata-se da prisão feminina, do prédio para onde serão conduzidas as senhoras que cometerem, por véves, forçadas pelas circunstâncias, aquilo que ninguém deseja nem pretende fazer.

A obra foi construída através do Departamento de Obras ou sob sua administração. A mão de obra total constituída por reclusos da Penitenciária Central do Estado é qualquer coisa de importante. O prédio construído totalmente de alvenaria, conta com as seguintes dependências: Gabinete do Diretor, Serviço de Segurança e Inspeção, Divisão de Administração com as seguintes seções: seção do pessoal, contabilidade, tesouraria e seção de conta corrente. Serviço médico, gabinete dentário, gabinete médico de ginecologia. Possui ainda refeitório separadamente. Três salas para trabalhos, corte e costura, cabeleireira e manicure e artefatos manuais. Maternidade, creche, capela eclusura.

Grande área de terreno para recreação e, em futuro, para jardim e uma horta.

A administração da obra teve a orientação dos reclusos e feita pelo funcionário Raimundo de Lasari.

Sr. Presidente, a importância deste ato inaugural prende-se ao fato de que, sem dúvida alguma, é uma obra que, oficialmente, até agora se pode dizer que poucos governantes se interessaram por ela, uma obra que se destina ao fim de educar. Além do mais, demonstrou o governador Paulo Pimentel que não se preocupa com obras tão somente por ele iniciadas, mas também por aquelas iniciadas por governos anteriores e as continua com a maior coragem.

Assim, pois, reafirmamos nossa solidariedade ao governador Paulo Pimentel.

O sr. Olivir Gabardo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Leopoldo Jacomel, estamos acompanhando o discurso de V. Exa. ao encalçar a inauguração de mais um prédio em nosso Estado. Infelizmente, nobre Deputado, por mais arrojado que seja este edifício, por mais grandiosa que seja esta obra não sinto aquela satisfação como que desejaria acompanhar o pensamento de V. Exa. quanto à inauguração de um prédio no Estado. Melhor seria que os recursos, que os poucos recursos com os quais conta o Poder Público neste momento, fossem utilizados para a construção de escolas, principalmente para a melhoria das condições de ensino de menores, escolas de correção de menores para transformá-las em Escolas de Recuperação, evitando assim que as crianças que se encontram no Canguiri e em outras instituições, sob a responsabilidade do Estado, venham a se tornar, no futuro, residentes desses prédios majestosos que hoje V. Exa. encalça a sua inauguração.

Nobre Deputado, a crítica não é dirigida a V. Exa. Mas, é por questão íntima que eu disse que quando vejo inaugurações de sa espécie imagino que bem poderiam ser aplicadas nas verbas na construção de mais escolas, a fim de que o nosso povo, a juventude desse País tenha dias melhores e mais promissores, e que portanto a inauguração de estabelecimentos penais, de certa forma, nos entristeçam.

Tenho por V. Exa. o maior respeito possível, e portanto não vai criticar alguma, pessoal, mas esta a maneira do meu pensar, em relação à problemática social de nosso Estado.

Agradeço a V. Exa. o aparte que me concedeu.

O sr. LEOPOLDO JACOMEL — Nobre deputado Olivir Gabardo, tenho também por V. Exa. todo o respeito, tanto assim que, ferindo ao Regimento Interno, concedo o aparte.

Nobre Deputado, também sentimos o que V. Exa. sente. Também pensamos o que V. Exa. pensa. Também julgamos o que V. Exa. julga. Veja V. Exa., nobre Deputado, quando falou em escolas, lembrei-me de que em minha região, nós tivemos a felicidade de inaugurar 72 salas de aula, o que muito significa para a região e para o Estado. Veja V. Exa., que em pouco mais de 2 anos, em nossos municípios, inauguramos a Escola Queiroz Filho, com a capacidade para 230 delinqüentes. Isto, sr. Deputado, sem falar no Hospital de Tibagi, no Hospital de Contenda, que inauguramos ainda recentemente.

Ainda mais, sr. Deputado, a primeira vez que assomamos a tribuna, nesta Casa, quando então deputado o sr. Valmor Garvina, que teria críticas ao Governo Ney Braga, e ao Governo Paulo Pimentel, dizendo que Apucarana nada tinha nos mostramos que não era verdade. Havia injustiça na crítica feita, aos homens públicos de nosso Estado. E com provas nas mãos, mostrei que não era verdade o que dizia. Por isso, respeito o aparte de V. Exa. mas, nobre Deputado, as obras do Governo aí estão. Muito obrigado! — (Sem revisão do orador).

O sr. PRESIDENTE — Esta presidência tem a honra de anunciar a presença, neste Plenário do sr. Nobuo Okushi, embaixador do Japão no Brasil. Esta Presidência suspende a sessão por alguns minutos, a fim de que os srs. Deputados cumprimentem S. Exa. o sr. embaixador, Nobuo Okushi. (É suspensa a sessão).

O sr. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA

com a presença de 35 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Túlio Vargas, em número de seis, constantes do Expediente. Necessitam de apoio.

— Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do Expediente. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda ao Projeto de Lei n. 35-70, de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão competente.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 31-69, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria as estradas que ligam: Marechal Cândido Rondon até o Rio Iguaçu e a outra Marechal Cândido Rondon até Arroio Guaçu. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 31-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica transferido para o Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a estrada municipal que liga Marechal Cândido Rondon até o Rio Guaçu, passando por Vila Mercedes, num total de 30 Km. (trinta quilômetros).

Art. 2.º — Fica igualmente transferido para o Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a estrada municipal que liga Marechal Cândido Rondon até o Arroio Guaçu, passando por Nova Três Passos, num total de 15 Km. (quinze quilômetros).

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1970.

aa) Silvio Barros — Presidente

Agnaaldo Pereira Lima — Relator

Roberto Galvani

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 5-70, que autoriza o Poder Executivo firmar, através do Departamento de Estradas de Rodagem com a Prefeitura Municipal de Imbituva, convênio de auxílio e cooperação para a construção de uma Ponte sobre o Rio Imbituvinha. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de "Urgência". — Aprovado projeto e emenda.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 35-70, Mensagem Governamental n. 8-70, encaminhando Anteprojeto de Lei, que visa porcentual relativo à participação dos Municípios, na cobrança da taxa rodoviária única, bem como estabelece normas para as respectivas entregas. — Parecer favorável da C.C.J. e C.F. — Ao referido projeto foi apresentada emenda, do seguinte teor: (Lê):

"EMENDA ao Projeto de Lei n. 35-70 — Mensagem n. 8-70

No art. 1.º, onde se lê "... 20% (vinte por cento)..."

Leia-se "... 30% (trinta por cento)..."

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1970.

(a) João Mansur"

O sr. PRESIDENTE — Encerrada a discussão. Em votação a emenda.

O sr. ANTONIO LOPES JÚNIOR — (Pela ordem). Sr. Presidente, tendo em vista a apresentação da emenda, que envolve matéria financeira, regimentalmente requiro a V. Exa. que retomem projeto e emenda, à Comissão de Finanças para o devido parecer.

O sr. PRESIDENTE — A questão de ordem levantada pelo deputado Antônio Lopes Júnior, procede, portanto; encaminho projeto e emenda à Comissão de Finanças para os devidos fins.

2a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 1-70, de autoria do Dep. Agnaaldo Pereira Lima e outros, dando nova redação ao Artigo 3.º da Resolução n. 19-69 de 15-8-69. — Parecer da C.C.J. com Substitutivo Geral. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 249-69, de autoria do dep. Francisco Escorsin, que cria uma circunscrição de Trânsito, com sede em Assaí, abrangendo os Municípios de Jataizinho, Nova América da Colina, Nova Fátima, São Sebastião de Amoreira, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, Santo Antônio do Paraiso, Congoninhas, Sapopema e Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. e C.F. e C.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 249-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito, com sede em Assaí, abrangendo os Municípios de Jataizinho, Nova América da Colina, Nova Fátima, São Sebastião de Amoreira, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, Santo Antônio do Paraiso, Congoninhas, Sapopema e Curitiba.

Art. 2.º — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dentro de sessenta (60) dias contados da data de sua publicação.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1969.

a) Francisco Escorsin

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 249-69

Sob. o aspecto constitucional nada temos a opor, somos pelo acolhimento do presente plano de Lei.

aa) Sílvia Barros — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Antônio Lopes Júnior

Ivo Tomazoni

Olívio Gabardo

Parecer ao Projeto de Lei n. 249-69

O Presente plano de Lei, que visa criar um Circunscrição de Trânsito, na cidade de Assaí, abrangendo diversos municípios circunvizinhos, não conflita em qualquer dispositivo de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 1970.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

João Mansur — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

Parecer ao Projeto de Lei n. 249-69

O nobre deputado Francisco Escorsin propõe a criação de uma Circunscrição de Trânsito, com sede em Assaí e jurisdição em Municípios adjacentes.

A justificação do Projeto está orientada no sentido de demonstrar a conveniência, para a regularidade e eficiência na prestação do serviço público no setor do trânsito e para os beneficiários de tais serviços, de ser criada na sede do município de Assaí a supracitada Circunscrição de Trânsito.

Indiscutivelmente, o índice de crescimento demográfico da região, que é alto, somando ao incremento da indústria de veículos auto-motores, determina a reformulação da estrutura administrativa do departamento competente. Esta é, sem dúvida, uma medida que se coloca consonância com as alterações produzidas pelos dois fatores logo acima descritos.

Por isso, opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 7 de maio de 1970.

aa) Nelson Buffara — Relator

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 214-69, de autoria do dep. Luiz Renato Malucelli, que declara de Utilidade Pública o Asilo de Velhos "Acelino Teixeira de Oliveira", na cidade de Palmeira. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 213-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

blica, o Asilo de Velhos "Acelino Teixeira de Oliveira", na cidade de Palmeira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1969.

a) Luiz Renato Malucelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 214-69

O Projeto em exame, que pretende declarar de Utilidade Pública a entidade Asilo de Velhos "Acelino Teixeira de Oliveira", na cidade de Palmeira é, S.M.J., legal e Constitucional.

Pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1970.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Abrahão Miguel — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do aniversário do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Curitiba. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Túlio Vargas, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Companhia de Telecomunicações do Paraná "TELEPAR". — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao funcionário Raimundo de Lazzari. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando votos de congratulações e regozijo ao Colégio Iguaçu, pelo transcurso de seu 51.º aniversário. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Wypych, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 150.º aniversário da Independência da República do Paraná. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, sexta-feira, às 18.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 36-69;

3a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 1-70;

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 649-69;

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 214-69;

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 228-69.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

4a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 6a. LEGISLATURA

ATA N. 2-70

As dezessete horas do dia vinte e oito de abril de hum mil novecentos e setenta, na sala de reunião das Comissões sob a Presidência do Senhor Deputado Olívio Gabardo, secretariada pelo Senhor José Tavares Canto Filho e com a presença dos senhores Deputados Abrahão Miguel e Agnaldo Pereira Lima, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da sessão anterior. Não havendo matéria para o expediente, passou-se a Ordem do Dia na qual constaram os seguintes processos. Conta n. 2190-70 do Senhor Sulaiman Felício Prefeito Municipal de Centenário do Sul no valor de NCr\$ 1.000,00 Aprovado. Conta n. 2191-70 da Paróquia Nossa Senhora das Graças de Centenário do Sul no valor de NCr\$ 500,00 Aprovado. Conta n. 2189-70 da Associação das Damas de Caridade de Centenário do Sul, no valor de NCr\$ 2.800,00 Aprovado. Conta n. 2187-70 do Pequeno Colégio do Paraná (Dora Orione) no valor de NCr\$ 1.000,00 Aprovado. Conta n. 1454-70 da Obra de Assistência Social Dora Orione no valor de NCr\$ 13.500,00 Aprovado. Conta n. 2251-70 do Patronato Santo Antonio de São José dos Pinhais no valor de NCr\$ 500,00 Aprovado, que tratam de prestação de contas da Verba de Assistência Social do exercício de 1969 no valor de NCr\$ 19.300,00 (denove mil e trezentos cruzeiros novos), conjuntamente relatadas por se tratarem da mesma matéria foi o relator o Senhor Deputado Abrahão Miguel. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão, da qual eu, José Tavares Canto Filho, secretário lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será por mim, pelo senhor Presidente e pelos demais membros assinada, para que produza os efeitos de Lei.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1970.

aa) Paulo Poli — Presidente

Abrahão Miguel, Olívio Gabardo, Seme Scaff, Agnaldo P. Lima

José Tavares Canto Filho — Secretário

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Ata da 45.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 14 de Maio de 1970 (Quinta-feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Haroldo Bianchi e Ovídio Franzoni.

As 15.30 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Eurico Rossas, Fual Nachi, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olívio Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Wypych, Seme Scaff, Túlio Vargas, Sílvia Barros e Wilson Fortes (35), achando-se ausentes os seguintes srs. deputados Fabiano Braga Cortes, Luiz Malucelli e Roberto Galvani (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SE. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n. 18-70, Ve.º aposto ao Projeto de Lei n. 236-69 de autoria do dep. Olívio Belich que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Toledo, uma Motoniveladora marca "Huberwarco" pertencente ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Encerrada a discussão, Em Votação. — Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Com prazer, esta Presidência consigna a presença de alunos e professores do 3.º ano do Ginásio Estadual Segrada Família, de Campo Largo. As visitantes, os votos de boas vindas e os agradecimentos, pela visita.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, designando outra para a próxima segunda-feira, dia 18, quinze minutos após a realização de sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n. 21-70.

Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura
Ata da 46.ª Sessão Ordinária
Realizada em 15 de Maio de 1970 (Sexta-feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariado pelos srs. deputados Arnaldo Busato e Roberto Wypych.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Ovídio Beuch, Leopoldo Jacomel, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Arnaldo Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzzi, Erondy Silvério, Eúrico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Igo Lesso, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Olavo Ferreira, Olívir Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros, Tílio Vargas, Wilson Fortes e Ivo Tomazoni (36), achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: David Federmann e Nelson Buffara (2).

Verificada a existência da número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura da seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 14-70

Senhor Presidente:

Curitiba, 12 de maio de 1970.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder em nome e à conta dos recursos do Tesouro do Estado, fiança ao Banco do Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP, para garantir empréstimos que este vier a contrair com o Banco Nacional de Habitação — BNH.

Os empréstimos que o BADEP visa contratar, serão repassados a entidades municipais, encarregadas dos setores de água e esgotos, na maioria das vezes empresas de economia mista ou autarquia municipais, e serão destinados à implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de abastecimento de água dos municípios paranaenses, de acordo com plano de aplicação elaborado pela Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, observadas as exigências do Sistema Financeiro do Saneamento — SFS, do BNH.

Inicialmente, está previsto um programa global de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros novos), devendo o BNH participar com R\$ 30.000.000,00, a SANEPAR através do Fundo de Água e Esgotos do Paraná — FAEP, com R\$ 30.000.000,00 e os municípios beneficiários com R\$ 20.000.000,00, estimando-se que cerca de 750.000 pessoas poderão ser diretamente beneficiadas, nesta primeira etapa, com a realização de tais investimentos.

Os repasses dos recursos do BNH, a serem realizados pelo BADEP, na qualidade de Agente Financeiro do mesmo, estão condicionados às apresentações pelos municípios, de projetos específicos da viabilidade técnica, econômica e financeira, aprovados previamente por aquelas entidades.

Tais empréstimos vencerão juros de no máximo, 9% ao ano, cobrados sobre o saldo devedor e pagos trimestralmente, bem como correção monetária de acordo com os índices de variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN, precedendo-se um prazo de amortização de 216 meses, com 36 meses de carência, o que equivale a um prazo global de 252 meses.

Para as operações de repasses, o BADEP — dando cabal cumprimento às disposições constantes da Resolução n.º 93 do Banco Central do Brasil — exigirá dos municípios para cobertura das operações, garantias constituídas de vinculação das receitas públicas municipais, tais como: Fundo de Participação dos Municípios, Participação na Arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias — ICM, e outros tributos cujo lançamento e arrecadação sejam de competência dos municípios.

Certo de que o plano de lei ora proposto merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os protestos de distinta consideração.

(a) PAULO PIMENTEL — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder em nome e à conta dos recursos do Tesouro do Estado do Paraná, fiança ao Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP, para garantir os empréstimos que este vier a contrair junto ao Banco Nacional de Habitação — BNH.

§ 1.º — Os recursos financeiros decorrentes dos empréstimos de que trata este artigo, serão repassados pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP, a entidades da administração indireta dos municípios do Estado do Paraná, destinando-se a implantação, ampliação ou melhoria de seus sistemas de saneamento.

§ 2.º — A fiança será outorgada pelo Governo do Estado do Paraná, em contrato a ser celebrado com o Banco Nacional de Habitação — BNH, sob a supervisão da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

§ 3.º — Para concessão de fiança de que trata esta lei, é fixada a importância de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros novos), que será corrigida monetariamente de conformidade com os índices estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para as ORTN.

Art. 2.º — Nenhum repasse financeiro será deferido pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP, às entidades municipais, sem a cobertura de garantias específicas destinadas a assegurar a liquidez das operações objeto da fiança concedida nos termos desta lei.

Art. 3.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os nos. 39-70 e 41-70 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nos.

266-69: Do Senhor Deputado Luiz Cruz o qual cria de conformidade com a Lei n.º 5821 de 9-8-68, uma Inspeção Regional de Ensino, com sede e área da Jurisdição no município de Santa Inácio, e das outras providências, que convertido em Lei tomou o n.º 6.094. — Agradeça-se.

253-69: Do Senhor Deputado Ivo Tomazoni que autoriza o Poder Executivo a celebrar através da S.T., convênio com as Prefeituras de Francisco Beltrão, Ampère, Santa Izabel do Oeste, Realeza, Planalto e Capanema, e o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, (G.E.T.S.O.P.), para a realização dos serviços de implantação básica da rodovia Francisco Beltrão, Ampère, Santa Izabel do Oeste, Realeza, Planalto e Capanema, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.095. — Agradeça-se.

Sob os nos. 40 e 42-70 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver recebido os requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Arnaldo Busato, Paulo Poli e Fabiano Braga Cortes. — Ao conhecimento dos srs. Deputados interessados.

Sob o n.º 249-70 do Senhor Ubiratan Borges de Macedo, comunicando haver assumido o cargo de Diretor da Superintendência do Ensino Superior entidade essa, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 1, do Senhor Engenheiro Agrônomo Roberto da Costa Barros, Delegado Estadual do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal de Sergipe, encaminhando a esta Casa boletins de propaganda referentes ao trabalho daquela Delegacia. — Agradeça-se.

Do Reverendíssimo Dom Romeu Alberti, Bispo Diocesano de Apucarana, no qual acusa o recebimento do ofício expedido por esta Casa quando da eleição e posse da nova Mesa, expressando aos ilustres pares da Comissão, votos de feliz gestão. — Ao conhecimento da Casa.

Do Conselho Central da UCHIC em Joinville, convidando a Presidência desta Casa para assistir o "Congresso do Negro". — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Do Senhor Arnaldo Luiz Mayrhofer, Presidente da Diretoria da Federação Paranaense de Desportos Universitários, convidando a Presidência desta Casa para a solenidade de abertura dos XXII Jogos Universitários Paranaenses. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Do Senhor Said Mohamad El Khatib Diretor da Grafipar — Gráfica Editora Paraná Cultura Ltda., convidando a Presidência deste Poder, para o coquetel de apresentação da obra "História de Santa Catarina", de autoria de renomados mestres catarinenses. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Do Presidente da Associação Paranaense de Reabilitação A.P.R. e da Presidente da Associação Feminina de Amparo ao Recem-nascido Senhora Gláucia Pimentel, convidando a Presidência deste Poder para a inauguração solene do Berçário e Creche da A.P.R., obra instalada e dirigida pela A.F.A.N. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

TELEGRAMA:

Do Senhor Ivo Silveira, Governador do Estado de Santa Catarina, nos seguintes termos:

Cumprimento-o sua eleição Presidência Poder Legislativo vg endereçando Vossência et demais eitos Mesa Diretora melhores votos exito gesao recent iniciada Pt Atenciosas saudações. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário,

R E Q U E R,

a designação de uma Comissão de Senhores Deputados para representar este Poder nas solenidades de instalação da Comissão de Formosa D'Oeste, no próximo dia 24 deste.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1970.

a) Fuad Nacli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer a designação de uma Comissão de senhores Deputados para representar este Poder nas solenidades de inauguração dos Postos de Venda de Sementes da Café do Paraná, em Arapongas e Porecatu, no próximo dia 22 deste.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1970.

a) Fuad Nacli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Assembleia Legislativa, um voto de congratulações ao Exmo. Sr. Governador, Dr. Paulo Pimentel, e ao Exmo. Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Rubens Balthão Leite pela acertada escolha do sr. Jorge Kadzinski, para o cargo de Diretor do Departamento Interno do Estado, uma vez que o nome escolhido, reúne todas as qualidades necessárias ao desempenho do cargo, verdadeiro valor moral e reconhecida competência a serviço da Adm., naquela Repartição e no Estado do Paraná.

Solicita, ainda, seja dado conhecimento ao ilustre Diretor, da decisão proferida por esta Assembleia.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1970.

a) Arnaldo Busato

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que no final assina, usando de prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão para representar esta Casa no VIII Congresso Eucarístico Internacional a se realizar no final do corrente mês, em Brasília.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1970.

a) Olívir Gabardo

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 78-70

Art. 1.º — Fica criado um Ginásio Estadual no Município de Paranapoema, para funcionar a partir do ano letivo de 1.971.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta lei correrão por conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1.970.

a) Pead Nacli

JUSTIFICATIVA:

Ao justificarmos as medidas propostas neste Plano de Lei, o fazemos no sentido de darmos nossa cooperação à política educacional do Governo. Esta, acreditamos, é a melhor forma de nos expressarmos perante uma realidade que conhecemos de perto.

Paranapoema, um município que mantém um dos mais elevados índices dentro da pecuária paranaense, está credenciado a ter um Ginásio Estadual.

Estas são as razões que nos levam à apresentação deste Plano de Lei, para o qual contamos com o apoio e aprovação dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos no Pênico. Expediente. Está livre a palavra. (Pausa).

Não há oradores inscritos no Grande Expediente. Está livre a palavra.

O SR. ALENCAR FURTADO — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Deputado Alencar Furtado.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, sus. Deputados.

Meses atrás formulamos desta tribuna, uma denúncia e um apelo. Denúncia de um fato que reputamos grave, o qual poderia trazer em consequência a cominação social do Paraná. E o apelo para que os ouvidos do Governo fossem abertos para ouvir a denúncia que fazemos e, em consequência, evitar ou evitasse a presunção comocional que se levantava.

Hoje, sr. Presidente, temos em mãos um mandado judicial do Juiz da Comarca de Nova Lonsrina deste Estado, oriundo de ação ou de execução de sentença, de execução de acórdão, mais precisamente, feito por supostos sucessores de José Teixeira Palhares, que reivindicam para que uma área de 47 mil e 500 alqueires de terra, mais conhecida como "Área de Aperiados", em nossa região.

Esta era, sr. Presidente, o território de vários municípios, quais sejam: de Terra Rica, o de Nova Lonsrina, o de Guairacá, o de Diamante do Norte, inclusive o de Paranavai.

Quarenta e sete mil e quinhentos alqueires, oriundos de um grilo, que desassossegava hoje, por complacência da Justiça, uma população inteira. O que ou a que se propõe ou se propõem os sucessores de José Teixeira Palhares, é ficar com aquilo que a Justiça reconhece como seu.

Vejam VV. Exas. a gravidade, vejam a desmoralização em que fica a titularidade dominal, expedida pelo Estado do Paraná. Vejam a responsabilidade total do Estado que, recebendo ou vendendo tais terras, expedidos os títulos dominicais competentes, vê hoje a Justiça expedindo mandado após o reconhecimento dos títulos dominiais que não seus, mas aqueles de José Teixeira Palhares.

Como a responsabilidade é grande demais para o Estado do Paraná, como a intranquilidade e o desassossegado também são grandes em nossa região, é que me dirijo especialmente ao Presidente da Casa, na ausência do Líder do Governo, chamando-lhe a atenção, sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, porque precisamos com urgência, e me valho do presépio da representação de V. Exa. neste instante para que chegue ao Governo do Paraná o clamor que se levanta em nossa região e que por mim é hoje denunciado da tribuna.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. um aparte? (Assentimento). É evidente, sr. Deputado, que este problema preocupa seriamente. Quería indagar o seguinte: primeiro, se esta ação oriunda de herdeiros de determinado cidadão que V. Exa. denunciou, já teve o julgamento em instância superior. Em segundo, que tipo de ação teriam proposto esses referidos herdeiros, para que então eu possa estabelecer com V. Exa. um diálogo mais profundo.

O SR. ALENCAR FURTADO — É sabido, deputado Armando Queiroz, que, em ações de herdeiros, neste caso de apartados, temos cerca de 30 anos aproximadamente, ou mais de vinte anos para ser mais preciso, de curso judicial. Estes autos que tiveram como origem uma carta de sesmaria, ao que se diz forjado, foram apreciados pelo S.T.F. Então os autos baixaram o ano passado, quando por execução de acórdão, desta tribuna apelei por escrito ao então Governador do Paraná para que intercedesse junto à Consultoria Geral do Estado e aos órgãos que lhe orientam a ação jurídica como Governador. Então S. Exa. determinou a ida do Consultor Geral do Estado do Paraná. Houve então medida de caráter protetatório no que se dizia, para que chegasse a ser uma ação paralela que o Estado teria interesse. Com o resultado desta ação paralela poder-se-ia evitar a consumação da execução do acórdão.

Era o que poderia informar a V. Exa. com precisão e mais, que a ação originariamente era a ordinária de divisão no caso dos vários quinhões hereditários. Creio que era esta a informação.

O sr. Armando Queiroz — O Supremo Tribunal teria dado ganho de causa aos herdeiros?

O SR. ALENCAR FURTADO — Perfeitamente.

O que resta é uma única providência por parte do Governo. A desapropriação desta área para que seja paga — e aí apelo a V. Exa. com a urgência urgentíssima que o caso requer — para que o Governador do Estado faça sustar esta execução com a medida de caráter legal e administrativo que se encontra em suas mãos, pois, se ele quiser hoje mesmo poderá sustar, com decreto desapropriatório, "ad-referendum" do Poder Legislativo. Este decreto teria como consequência o quê? O valor desapropriatório seria valor histórico porque, em nenhum instante, em nenhum dia, José Teixeira Palhares e os seus derrubaram perobas nesta região, plantaram um pé de café ou de feijão, não fizeram posse e adquiriram domínio forjado em documentação forjada, iludindo a boa fé da justiça do Brasil.

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O problema abordado é realmente sério e requer aquilo que V. Exa. acaba de afirmar e o apelo que faz ao Presidente do Legislativo do Estado é justo. O Executivo deve tomar providências urgentes com relação a esse problema da gleba chamada IB. Os moradores e proprietários de terras daquela região, como bem V. Exa. conhece, advogado conceituado e brilhante que foi

na Comarca de Paranavai, aqueles agricultores e cafeicultores que lá labutam, não têm atendimento dos Bancos oficiais. O Banco do Brasil, por exemplo, não atende aos agricultores nem aos cafeicultores daquela região, se não houver condição de aval ou garantia de outras regiões.

Vem então os agricultores sendo marginalizados e, só uma medida, como V. Exa. bem afirmou, do Poder Executivo, poderá dar assim a solução devida a um problema que, por dezenas e dezenas de anos, vem se arrastando através da Justiça.

Queremos, também, nos congratular com V. Exa., pois nós também conhecemos o problema que V. Exa. aborda da tribuna. V. Exa. está de parabéns e apresentamos nossa solidariedade pelo seu pronunciamento.

O SR. ALENCAR FURTADO — Não poderia deixar de acolher, já por antecipação, a solidariedade de V. Exa., como representante de nossa região, que com muito desvelo público e dignidade, exerce seu mandato de Deputado.

Diz bem V. Exa., quando fala que marginalizam essa área em termos de financiamento oficial no Banco do Brasil, porque entendem que enquanto não seja dirimida definitivamente qualquer dúvida jurídica que pudesse pairar sobre a área, nenhum financiamento farão para a Região.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Permite V. Exa. que faça mais algumas indagações, a fim de melhor discutirmos o problema. Perguntaria a V. Exa., desde que estamos diante de uma sentença emanada do Tribunal; portanto, julgada, não há recurso, se nesta fase da discussão está tratando também da delegação de posse nesta área.

O SR. ALENCAR FURTADO — Não sei com detalhes da parte assessória das ações, porque houve uma ação central, que foi a ação de divisão, porque havia sucessores de José Teixeira Palhares e, consequentemente, então, a primeira ação judicial foi a divisão do quinhão hereditário. Após, isso, os herdeiros, após reconhecimento pela Suprema Corte, de seus direitos, tentaram, tentado ação própria para reivindicar os direitos que lhes foram reconhecidos na ação principal. Acredito, por presunção, que tenham sido assim.

O sr. Armando Queiroz — Porque, se realmente está implicando na emissão de posse, torna-se evidente que o problema é muito mais sério.

O SR. ALENCAR FURTADO — Posso explicar esse aspecto. O ano passado, tive em mãos, com mandado judicial, a reintegração na posse numa área vizinha ao município de Guaraça e Paranavai.

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite mais um aparte? (Assentimento). Não sou bacharel, não entendo da matéria que está sendo abordada com relação ao aspecto que o deputado Armando Queiroz falou, mas se não me engano há uma carta precatória em Paranavai, solicitando ao Juiz daquela Comarca, o despejo dos proprietários daquela área.

O SR. ALENCAR FURTADO — V. Exa. afirmou e realmente houve, o ano passado, uma tentativa de despejo na região entre Terra Rica e Paranavai, na região chamada de Córrego do Tigre.

O sr. Pinto Dias — Mas houve uma reação dos proprietários legítimos da região, que lá viviam, e uma reação violenta. Então a parte parece que recuar, e tive notícia de que essa ação será procedida agora e já estão se conduzindo para lá os interessados; e vão agir com todo rigor para que seja executada a carta precatória que se encontra na Comarca de Paranavai.

De forma que é oportuno o apelo de V. Exa., e queremos, mais uma vez, pedir ao Presidente da Assembleia que interceda junto as autoridades e que atenda o apelo que V. Exa. faz da tribuna, pois é oportuno e urgente.

O SR. ALENCAR FURTADO — Não há dúvida, deputado Pinto Dias. Fique a Casa certa, fique o Governo inteiro, o Paraná também, de que se o sr. Governador não tomar, urgentemente, urgentíssimamente, providências sugeridas da desapropriação da área para tranquilidade de uma multidão de lavradores de nossa região, haverá cominação social, luta armada.

O sr. Pinto Dias — De consequências imprevisíveis.

O SR. ALENCAR FURTADO — Digo isso porque conheço aquela gente que não pode sofrer mais violência, não pode sofrer o violento esbulho de tantos anos de trabalho, de lutas e de sacrifícios. E não suportará pacificamente que se lhes retirem da família o pão da boca dos filhos. O caso é sério, é urgente. Valho-me de V. Exa., sr. Presidente da Casa, do homem que representa o Poder Legislativo e, consequentemente, está representando o povo do Paraná, que represente, neste momento, o povo de minha região, o povo que tem dado tanto com tanto sacrifício por este Estado; o povo que construiu uma civilização inteira, porque desde o dia que derrubou as matas, e implantou as cidades que lá se encontram, tanto tem dado ao Governo de nosso Estado.

O sr. Olvírio Gabardo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, quero solicitar-me com V. Exa. pelo seu pronunciamento e, acima de tudo, espero que as autoridades responsáveis por este Estado, mas também as próprias autoridades federais, recebam o apelo de V. Exa., não só como uma manifestação de uma confusão momentânea, mas, como o prenúncio de que se antevizinha uma situação gravíssima e com reflexos mais graves, não apenas do ponto de vista social, mas até econômico.

E digo a V. Exa. que também levantei, o ano passado, problema idêntico ao que V. Exa. levanta neste momento com relação à área de Santa Cecilia do Pavão, Nova América da Colina e adjacências, quando uma família teve ganha uma causa, junto ao Supremo, de integração de posse. Não sei no momento, como se encontra a situação na região.

Mas, nobre Deputado, sendo o Presidente desta Casa também da região de influência de V. Exa., acredito que S. Exa. será sensível ao apelo que V. Exa. faz e levará ao sr. Governador esse problema, pedindo providências urgentes, a fim de que não venha posteriormente, tomar providências quando o fato já estiver numa situação calamitosa e o problema social já tiver se avolumado.

Esse o nosso aparte de solidariedade ao pronunciamento de V. Exa., e ao apelo que faz às autoridades Federais e estaduais, a fim de que, amanhã, se porventura ocorrerem fatos graves, não venham dizer que não tinham tomado conhecimento com a devida antecedência. — (Sem revisão do orador).

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de V. Exa. e reconheço-o como valioso, pois que, neste instante em que vive a nossa região no prelúdio de quase tragédia, a sensibilidade do nobre representante de Londrina nós é por demais valiosa.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Fatos como estes não estão ocorrendo somente na região que V. Exa. representa. Na região que tenho a honra de representar também já ocorreram fatos semelhantes. Para fatos como estes, de problema social, que é realmente grave, nós encontramos a sensibilidade do Poder Executivo. Foi gra-

gas ao DGTC, órgão oficial do Governo, que se encontrou uma solução e com isto o problema não chegou a vir, sequer, a tumultuar a região. Fatos como este já chegaram a sensibilizar o Poder Executivo. Não tenho a menor dúvida que este caso, chegando ao conhecimento do Governador do Estado, S. Exa., como já fez outras vezes, irá encontrar uma solução de modo que acomode e resolva a situação de milhares de proprietários.

Quero dar este testemunho porque o sr. Governador já resolveu, em minha região, em especial, fato semelhante e, graças a Deus, solucionou-o da melhor maneira possível. Quero crer que S. Exa., ao tomar conhecimento do que está ocorrendo em sua região, tudo fará para que o problema seja solucionado.

O SR. ALENCAR FURTADO — Acredito, como V. Exa., na responsabilidade administrativa e emocional do sr. Governador do Estado. S. Exa. foi pôsto à prova no caso de V. Exa., que agora se repete na nossa região.

No ano passado, dizia eu há poucos instantes, em razão de apelo que lhe foi formulado, S. Exa. determinou que o sr. Consultor Geral do Estado se deslocasse a Paranavai a fim de tudo fazer no sentido de evitar a execução do mandato, em face das razões jurídicas que possuía.

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Em áreas de nossa região, nos municípios de Querência do Norte Nova Londrina, Loanda, surgiram problemas semelhantes a este, como, por exemplo, o da chamada Gleba Areia Branca do Tucum.

Reiterei a afirmação do nobre deputado Armando Queiroz quando diz que o sr. Governador do Estado tem sido sensível a estes problemas. Com respeito ao problema da Gleba Areia Branca do Tucum, S. Exa. não mediu esforços para solucioná-lo.

Temos certeza de que, na hora em que S. Exa. tomar conhecimento assim que o Presidente da Casa levar ao sr. Governador o que está ocorrendo no Município de Paranavai-Terra Rica, não temos dúvida que S. Exa. tomará as medidas que o caso requer.

O SR. ALENCAR FURTADO — Ainda bem que a Casa inteira acredita que temos um Governo responsável e que se interessa pelos problemas do povo.

Nós, da oposição, não temos e nunca tivemos nada de pessoal contra S. Exa., mas sempre ficamos de atalaia, em em termos de fiscalização da obra administrativa. Nunca duvidamos, como não duvida V. Exa., e nem o deputado Armando Queiroz, de que num caso como este, quando o Paraná inteiro poderia levantar-se, numa região inteira; milhares e milhares de famílias poderiam ficar num clamor oveludo nacionalmente; não poderia jamais o sr. Governador, acredito, ficar quieto, de braços cruzados, ficar omisso a um problema que é de todos, principalmente dele.

O sr. Wilson Fortes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Alencar Furtado, nós queríamos nos congratular com o pronunciamento de V. Exa.

Realmente nós que também representamos nesta Assembleia o povo do Noroeste do Estado, temos conhecimento do clima de intranquilidade que vem ocorrendo em nossa região, com esse famoso caso. Temos contato com o DGTC mas queríamos reforçar as palavras de V. Exa.; realmente, o sr. Governador, principalmente através do DGTC, tem necessidade premente de tomar providências imediatas para que os nossos amigos, para que aquela gente lá do Noroeste, que tanto trabalha e não tem encontrado ainda o apoio necessário para o suor derramado, receba pelo menos, um pouco de tranquilidade no seu trabalho cotidiano.

Agradeço o aparte que V. Exa. nos concedeu, e queríamos avaliar, reforçar suas palavras e, procurarmos, dentro das nossas críticas, levar a quem de direito as justas reivindicações em favor daquela gente.

O SR. ALENCAR FURTADO — Eu é que agradeço e me congratulo com a nossa região, pela unanimidade de propósitos dos seus representantes, nos seus problemas, quanto aos seus clamores.

Vejam, srs. Deputados, a injustiça de desatualização da Justiça. Srs. Deputados: dizia eu, respondendo a um aparte do nobre deputado Armando Queiroz, que este fato se arrastava há cerca de 30 anos, quando não existia Paranavai nem Terra Rica, Guaracá, nem Londrina, nem Maringá, nem Nova Esperança; não existia praticamente o Norte do Paraná. Disputavam o direito de um rio sem posse, na forja farsante de um domínio. A Justiça de então, enclausurada, porque, no Supremo, no seu Gabinete, não vinha aqui, como não vem e nem mandou constatar, se de 30 anos para cá existiam as mesmas metes ou se já se criava a civilização que aí está, que ouvidos mocos e olhos secos se fizeram para não se fazer justiça, porque, se fosse para fazer justiça, os seus olhos estariam escancarados para a realidade de todos vêm neste Brasil, que é o Norte do Paraná que aí está, que dá ao Paraná mais de 60% da sua arrecadação, que dá ao Brasil mais do que muitos Estados da Federação, em termos de divisas, moeda, pelo menos, a atenção de um olhar da Justiça neste Brasil. Aqui o meu clamor e a minha crítica à Justiça do Brasil neste episódio, porque a nossa gente não poderá receber um acórdão ignominioso como este. Tem que haver revolta dessa gente que trabalha do dia à noite, da noite ao dia, sem ninguém por si, e ainda tendo a Justiça contra si. Essa gente não poderá se conformar! Mas, sr. Presidente, a tese principal da minha ação não é a crítica à Justiça, mas apelo que formulei a V. Exa.

Sr. Presidente, atenda-nos, atenda à nossa região, atendendo, assim, ao Paraná, dirigindo-se hoje, se possível, sr. Presidente, ao sr. Governador do Estado. Solicito a Sua Excelência e aqui eu peço à Casa que se manifeste, como já fez, e se V. Exa. entender, formalizadamente, no sentido de, pela Assembleia Legislativa, ele promover urgentemente a desapropriação da área, porque com o "referendum" da Assembleia o fato juridicamente se consumará, e ele favorecerá ao Paraná inteiro a tranquilidade que as famílias modestas, dos lavradores, necessitam. Dirá, como exemplo a este Brasil, que no seu Governo há a valorização da meta Hornem. Num episódio como este, nós, da oposição, estamos acreditando na decisão do Governo; neste episódio acreditamos na ação de V. Exa. como nosso representante-mor, e para que o Governador sinta que, neste episódio, está o Paraná unido.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). É mais um prazer ouvir V. Exa. trazer, como sempre trouxe, os assuntos os mais importantes, os mais sérios, para o conhecimento da Casa. Sr. Deputado, V. Exa. tem razão quando, ao apontar o fato gravíssimo que se apresenta na região que tão bem V. Exa. representa, dando conhecimento à Casa, da urgência com que o assunto deve ser tratado pelos órgãos competentes do Estado.

Nobre Deputado, o que se passa em Paranavai é apenas o resultado da irresponsabilidade do governo passado, que desejou apenas, numa colonização apressada, e num desejo de servir amigos, a fim de satisfazer os seus

desejos políticos; e hoje como resultado dessa irresponsabilidade do passado, estamos verificando a intranquilidade de toda uma região do Paraná, cuja solução, como bem disse V. Exa., precisa ser imediata. Precisamos, a partir deste instante, entrar em contato e entrar em entendimento. Precisamos, dentro daquele apelo que V. Exa. fez ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, que a autoridade executiva do Paraná tome conhecimento, de imediato, da gravidade da situação na região que V. Exa. representa, e possamos, também de imediato, resolver, a fim de que consequências piores não venham trazer a toda a região, e fazer com que, amanhã, tenhamos que lamentar desta Casa, por termos adiado a solução dos problemas. Diante do apelo de V. Exa., feito ao sr. Presidente, eu me permito também fazer a V. Exa. um apelo. Que V. Exa., juntamente com o sr. Presidente da Casa, e de posse das notas taquigráficas, em companhia dos demais representantes da região de Paranavai, hoje mesmo, numa audiência especial que S. Exa., o sr. Presidente da Assembleia certamente solicitará ao sr. Governador do Estado, vá à presença daquela autoridade, e diga, com clareza, da preocupação que enfrentam os representantes daquela região, da necessidade urgente da solução. Acredito, nobre Deputado que não haverá problema algum ao sr. Presidente da Assembleia, de acompanhar uma delegação de representantes de Paranavai e de toda aquela vasta região, para que o sr. Governador ouça o assunto, e chame os órgãos competentes para que, já na próxima semana, haja uma solução definitiva, para que reine, como desejamos que reine, a tranquilidade em toda aquela região.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de V. Exa., e a sugestão. Quanto ao aparte, seria já o trivial, o rotineiro, na vida pública de V. Exa., que tanto brilhantismo tem emprestado em todas as ocasiões. Quanto a sugestão, por mim, nada tenho a opor. Quando me dirigi à pessoa do Presidente desta Casa, foi porque, na cumieira do Poder, pudesse ele, pelo Legislativo, falar ao Governador do Paraná, sobre o problema do Paraná na nossa região. Mas, se S. Exa. resolver entender por bem que a nossa presença poderia servir para algo e, em nome da minha região, do meu povo que, nesta angústia não poderia ficar sem seu advogado, eu estarei presente.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado, não poderia deixar de manifestar aqui meu apoio a V. Exa., no reclamo que traz da sua gente.

Represento, nesta Casa, nobre deputado, uma região que foi palco também de sucessivos litígios de grandes áreas de terras. Litígios que levaram à tranquilidade, onde a paz social estava ausente, porque os interesses em jogo eram muito grandes.

E eu, neste meu aparte, nobre deputado, não quero pretender outra coisa, senão, depois de parabenizar-me com V. Exa., deixar expressa aqui a confiança que eu tenho no Governador do Estado.

Neste Governo, nobre deputado Alencar Furtado, o Governador do Estado usou das prerrogativas que o seu Departamento de Geografia, Terras e Colonização e a autoridade que este Departamento tem na solução de graves problemas da minha região. O Fundo de Desapropriação e Colonização do DGTC desapropriou áreas imensas na região de São Jorge, de São João e de Chopiminho, há pouco tempo. Com dificuldades ainda maiores, nobre deputado, porque constituía-se aquela porção de terra parte integrante da faixa de fronteira. Tivemos então a audiência do IBRA, protocolo firmado que culminaria na assinatura do convênio do IBRA-DGTC. O primeiro representando o Governo Federal, e o segundo, o Governo do Estado. Uma comissão mista, Estado e União, desapropriando, legando as áreas aos seus legítimos ocupantes, aos possesores de boa fé, que foram ludibriados por governos anteriores, que tipularam as áreas a amigos mais próximos a companheiros políticos.

A confiança que eu desejava expressar aqui tem propósitos, porque realmente no Governo do sr. Ney Braga, tivemos solucionado, com a ajuda da Presidência da República, o litígio de 15 anos, das Glebas Missão e Chopim, cuja parte integrante abrange 12 municípios da região sudoeste paranaense.

O GETSPROZ organizado houve por bem, sem prejuízo do preceito que é o que produz, nos dá a sustentação da economia paranaense, agir num clima de tranquilidade extraordinária. Neste Governo, parte da gleba Chopiminho, da Gleba Glória e Bahia e duas glebas enormes de área palco também de sangrentas disputas pela posse do primeiro e da terra, solucionadas, graças a Deus, em virtude da política florestal num convênio firmado pelo IBDF. O clima hoje lá, é de paz social, tranquilidade e trabalho. O apelo que V. Exa. formula quero crer terá guarida por parte do Governo do Estado, que sempre esteve preocupado em assegurar ao Estado este clima de paz, de tranquilidade e ordem. Obrigado a V. Exa. — (Sem revisão do orador).

O SR. ALENCAR FURTADO — Eu é que agradeço a V. Exa. o aparte cheio de valiosos subsídios que emprestaram brilho à minha opaca oração.

Mas, sr. Presidente, certo de que V. Exa. dará acolhida a este apelo, despeço-me da tribuna desvencido com este acolhimento e agradeço em nome do povo de minha região. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência, inteirada do assunto justo, racional e legítimo ventilado na tribuna pelo deputado Alencar Furtado e, em face da exposição feita pelos digníssimos Prefeitos da região, já determinou à sua assessoria jurídica as medidas urgentes e cabíveis. E, atendendo a sugestão levantada pelo ilustre sr. deputado Olavo Ferreira, convida os deputados da região de Paranavai, Alencar Furtado, Pinto Dias e Wilson Fortes para, em Comissão irem a uma audiência com o sr. Governador do Estado, reivindicar daquela autoridade as medidas cabíveis.

Esta Presidência tem a honra de comunicar a presença, em plenário, dos ilustres Prefeitos de Jandaia do Sul e de Santa Cecilia do Pavão. As ilustres autoridades, as boas vindas da Presidência.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) Sr. Presidente estamos numa sexta-feira, quando a maioria dos srs. deputados se desloca para o interior. Perguntaria a V. Exa. se, neste convite formulado a mim, ao deputado Pinto Dias e ao deputado Wilson Fortes para junto com V. Exa. sermos atendidos, em audiência, pelo sr. Governador, não poderia ser solicitado por V. Exa. que a audiência fosse realizada após a sessão, a fim de que os compromissos que todos contraíram no interior não ficassem desfeitos.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo à questão de ordem, cumpre-me informar que estou tentando contato telefônico para que a audiência se realize antes do almoço.

Concedo a palavra ao sr. deputado Olívio Gabardo.

O SR. OLIVIER GABARDO — Sr. Presidente, srs. Deputados.
Já estivemos nesta tribuna por duas vezes para fazer um apelo ao sr. Secretário de Educação e Cultura, deste Governo, no sentido de providenciar a regulamentação do artigo 64, § 1.º da Constituição Estadual, que criou o direito à nomeação em segundo cargo, daqueles funcionários já nomeados por concurso.

Até o presente momento não recebemos resposta do Secretário de Educação a um pedido de informação enviado a S. Exa. por esta Casa. Mas o que nos traz à tribuna neste instante, é que está tramitando na Casa um Projeto de Lei de iniciativa do nobre Líder do Governo, no sentido de serem admitidos ao quadro do magistério oficial do Paraná os portadores de certificados de Michigan, Nancy e Cambridge. Gostaria de ressaltar neste momento a inoportunidade de tal Projeto de Lei, por várias razões. Em primeiro lugar, isto representa um desestímulo e, inclusive, contraria a política do próprio Governo do Estado, quando incentiva a criação de Faculdades de Filosofia por todo este Estado. E digo isto porque, ontem, recebemos em nosso gabinete várias comissões de representantes de nossas Faculdades de Filosofia, argumentando que, para se inscreverem no Concurso devem completar o Curso de Filosofia de 4 anos, porque, inclusive, o Estado não está admitindo a inscrição no Concurso, de portadores de diplomas de três anos, isto é, aqueles formados pelos cursos de ciências física e biológicas, que é equivalente ao curso de quase 4 anos; apenas houve uma redução.

O Estado não está admitindo esses diplomas para se inscreverem no concurso aberto pela Secretaria de Educação. Mais ainda; há centenas ou talvez milhares de professores suplementaristas que aí estão, pleiteando a sua efetivação no magistério público deste Estado, e não têm o seu direito assegurado, apenas de já terem ganho de causa, inclusive no Tribunal de Justiça deste Estado.

Portanto, sr. Presidente, srs. Deputados, não seria eu contrário a uma medida dessas, se o Estado já tivesse solucionado as reivindicações daqueles formados pela Faculdade de Filosofia em curso de três anos, tivesse dado solução ao problema dos suplementaristas, que aguardam há vários anos direitos que já lhes foram assegurados até pela Constituição Federal, e que o Estado não se movimenta no sentido de oferecer uma solução.

Também o Estado não deu qualquer pronunciamento em relação à regulamentação do artigo 64, parágrafo 1.º, da Constituição Estadual, no sentido de permitir que esses que já têm esse direito constitucional assegurado, possam ser nomeados para o segundo cargo, desde que já tenham sido nomeados anteriormente por concurso público.

Por todas essas razões, sr. Presidente srs. Deputados, e ainda mais, porque esse Projeto que transita por esta Casa e certamente, em breve virá a este plenário não pode ser de iniciativa de membros deste Poder, porque versa funcionalismo público, assunto que é da competência exclusiva do Chefe do Executivo Estadual.

Tendo em vista a exiguidade de tempo, deixarei esta tribuna, hoje, para voltar posteriormente, quando terei, inclusive, a manifestação da classe dos professores, dos acadêmicos, em relação a este assunto que hoje levantamos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 36 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Fuad Nacif, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apolado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 36-69, ex-proposição n. 275-65, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, aprovando decreto n. 19.700 de 14-10-65, do Governo do Estado, que abriu crédito extraordinário de NCr\$ 60.000,00 à S.V.O.P., para auxiliar o Município de Capanema, assolado por violência climática. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 36-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o Decreto n. 19.700, de 14 de outubro de 1.965, do Governador do Estado, através do qual foi aberto à Secretaria de Viação e Obras Públicas um crédito adicional extraordinário no valor de NCr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros novos), destinado ao atendimento das vítimas da violência climática que assolou o Município de Capanema.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1970.

(aa) Silvio Barros — Presidente

Agnaaldo Pereira Lima — Relator

3a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 1-70, de autoria do dep. Agnaaldo Pereira Lima, e outros dando nova redação ao Artigo 3.º da Resolução n. 19-69 de 15-4-69. — Parecer da C.C.J., com Substitutivo Geral. — Aprovado pelo Substitutivo.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 249-69, de autoria do dep. Francisco Escorsin, que cria uma Circunscrição de Trânsito, com sede em Assaí, abrangendo os Municípios de Jataizinho, Nova América da Colina, Nova Fátima, São Sebastião da Amoreira, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, Santo Antônio do Paraisópolis, Congoninhas, Sapopema e Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J., C.F. e C.P. — Aprovado artigo por artigo.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 214-69, de autoria do dep. Luiz Renato Malucelli, que declara de Utilidade Pública o Asilo de Velhos "Apolino Teixeira de Oliveira", na cidade de Palmeira. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 228-69, de autoria do dep. Abrahão Miguel, que denomina de "Quedas do Iguaçu" o Município de Campo Novo, na Comarca de Laranjeiras do Sul. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 228-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado "Quedas do Iguaçu" o Município de Campo Novo, na Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1.969.

a) Abrahão Miguel

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 228-69

Pretende o nobre deputado Abrahão Miguel, através do Projeto de Lei n. 228-69 denominar "Quedas do Iguaçu" o Município de Campo Novo, na Comarca de Laranjeiras do Sul. O referido Projeto não fere nenhum preceito Constitucional.

Somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1.970

aa) Emílio Carrazzi — Presidente

Luiz Renato Malucelli — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacif, constante do Expediente, solicitando uma Comissão de srs. Deputados para representar este Poder nas solenidades de instalação da Comarca de Formosa D'Oeste, no próximo dia 24 deste. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacif, constante do Expediente, solicitando uma Comissão de srs. Deputados para representar este Poder nas solenidades de inauguração dos Postos de Venda de Sementes da Café do Paraná, em Arapongas e Porecatu. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Arnaldo Busato, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações do sr. Jorge Radwinski, para o cargo de Diretor do Departamento de Rendas Internas do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Olivier Gabardo, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão para representar esta Casa no VIII Congresso Eucarístico Internacional a se realizar no final do corrente mês, em Brasília. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 72-69;

3a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 249-69 e 214-69;

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 228-69;

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 25-70.

Levanta-se a Sessão.

Floaldo Trindade

PORTARIA N. 201-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1544, de 15 de abril de 1.970 deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário José Renato Duarte, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL-22, do Quadro de Pessoal desta Casa, lotado no Gabinete de Assistência Técnica, para, na qualidade de Engenheiro Agrônomo, assessorar a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio no que diz respeito a estudos que possibilitem a proposição de medidas que digam respeito ao aproveitamento das reservas biológicas do Estado, melhoramento das espécies cultivadas, utilização de fertilizantes e outras matérias afins à sua especialidade.

Gabinete da Diretoria, em 15 de abril de 1970